

21 MAI 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

# Fachin relata

# caso contra

# presidente

# do Senado

**Novo ministro do STF será responsável por inquérito que liga Renan a construtora**

Assim que assumir a 11.<sup>a</sup> cadeira do Supremo Tribunal Federal, o advogado Luiz Edson Fachin deve relatar o inquérito no qual o suspeito é o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). O parlamentar foi um dos maiores obstáculos enfrentados pelo jurista no processo de aprovação a que foi submetido no Congresso.

Fachin irá herdar o acervo de cerca de 1,4 mil processos do gabinete antigo do presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski. Isso porque quando um integrante da Corte se torna presidente, pode manter sob sua relatoria apenas os processos em que já há um voto pronto ou julgamento encaminhado.

Não é o caso do inquérito sigiloso que apura se Renan pagou despesas de um "relacionamento extraconjugal" com Mônica Veloso com dinheiro recebido de propina paga pela construtora Mendes Júnior. O inquérito foi usado para a denúncia formal contra o parlamentar, mas o Supremo ainda não abriu uma ação penal sobre o caso. Ele estava sob a relatoria de Lewandowski. A tendência é que o presidente da Corte deixe o caso para o novato, assim como outros casos.

Nos bastidores, Renan trabalhou pela derrota do indicado pela presidente Dilma Rousseff. Apesar disso, Fachin telefonou para o parlamentar ontem, um dia após ter sido aprovado

pele plenário do Senado. Na conversa, o advogado agradeceu pela forma como foi recebido pelos senadores e pelo tratamento "cortês" recebido na sabatina – a mais longa da história da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Durante cerca de um mês, desde que teve indicação confirmada pelo Planalto, Fachin fez um périplo pelos gabinetes de senadores no qual entregou currículo e defendeu suas posições. Já Renan parabenizou o jurista pela aprovação.

Quando chegar à Corte, o advogado deverá se preparar para outro desafio: o julgamento dos chamados planos econômicos. O presidente do Supremo pretende levar o tema ao plenário assim que possível. O julgamento, que preocupa o governo pelo impacto que pode causar no sistema financeiro, está suspenso desde o ano passado por falta de quórum.

**No hotel.** Na noite de ontem, após a confirmação da aprovação do nome do jurista no plenário do Supremo, Fachin recebeu no hotel onde está hospedado em Brasília a visita de Lewandowski, e do ministro Gilmar Mendes. Os dois foram cumprimentá-lo. O futuro ministro não teve aparições públicas desde então e ficou no hotel, atendendo a ligações de amigos e autoridades. Ele deve viajar amanhã para Curitiba. A primeira conversa com a imprensa deve ficar restrita a veículos do Paraná.

O novo ministro deve tomar posse na Corte na segunda quinzena de junho. Até lá, o advogado gaúcho terá de definir com o cerimonial do Supremo questões sobre a cerimônia, como a lista de convidados. A expectativa na Corte é de que a posse e o jantar de comemoração – tradicionalmente oferecido por associações de magistrados – sejam discretos, uma das características do advogado.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, minimizou as dificuldades enfrentadas por Fachin na aprovação do seu nome no Senado ao comemorar o resultado. "É uma vitória da sociedade brasileira", afirmou anteontem.

**CONTINUA**

21 MAI 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



**Escolhido.** Fachin com a mulher, Rosana, no Senado, um dia após ser indicado para o STF

### SÔNIA RACY

#### Você por aqui?

Passados os abraços no Senado, anteontem, Luiz Fachin chegou à festa no seu pequeno flat alugado, onde não cabem mais que 15 pessoas.

Deu de cara, ao entrar, com... **Gilmar Mendes**. Os dois se abraçaram e trocaram gentilezas.

21 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

# Senado cumpre seu papel



A inegável e importante vitória que significou para a presidente Dilma Rousseff a aprovação pelo Senado de sua indicação do advogado e professor Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser reconhecida, mas também analisada à luz das complexas circunstâncias que envolveram o episódio. O discurso lulopetista em cena há mais de 12 anos induz as pessoas a considerarem o jogo político um simples exercício do confronto entre o Bem e o Mal. A natureza humana e, por consequência, o relacionamento entre os viventes, porém, são muito mais complexos do que faz supor o maniqueísmo propagado em benefício próprio pelos pretensos donos da verdade. Na mesma sessão, os senadores demonstraram isso ao rejeitar outra indicação de Dilma, menos polêmica, mas igualmente relevante: a do diplomata Guilherme Patriota para a chefia da representação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA).

A aprovação do nome de Fachin pelo Senado era certamente ponto de honra para Dilma, considerando o estrago que um veto significaria para sua já combalida imagem política. Mas exatamente por estar politicamente fragilizada a presidente jamais teria conseguido, sozinha, garantir a votação favorável a seu indicado, principalmente com a ampla margem obtida, de 52 votos a 27. Contribuíram decisivamente para esse resultado o competente desempenho de Fachin na sabatina a que foi previamente submetido pelos senadores; o apoio da representação parlamentar de seu Estado, o Paraná, simbolizado pela atuação do senador tucano Álvaro Dias, habitualmente um aguerrido opositor; a solidariedade de seus agora pares no Supremo, à frente o presidente da Corte, Ricardo Lewandowski; e a

“traição” de alguns membros da bancada peemedebista que entenderam conveniente impor limites à atuação antigovernista do presidente do Senado, Renan Calheiros, que discreta mas indisfarçavelmente trabalhava pelo veto à indicação de Fachin.

De resto, o fato de o advogado e professor gaúcho radicado no Paraná ter um passado de militância política comprometida com teses ditas progressistas não invalida a possibilidade de vir a cumprir na Suprema Corte a missão precípua de defender os preceitos constitucionais acima de suas inclinações político-partidárias. Esse foi, aliás, um compromisso assumido por Fachin ao longo de toda a campanha a que se dedicou, principalmente junto aos senadores, em defesa de sua indicação.

Não ofende a democracia, ao contrário, enaltece-a, o fato de o Supremo ser composto por um colegiado tão representativo quanto possível da ampla gama de pensamento político de uma sociedade pluralista. O que importa é que, no exercício de suas atribuições, um juiz da mais alta corte do País se conforme à responsabilidade de garantir a solidez institucional, deixando às forças vivas da nacionalidade a iniciativa de lutar e conquistar, dentro das regras da democracia, os avanços inerentes à dinâmica do processo civilizatório. Magistrado não deve ser “progressista” ao julgar. Basta fazer cumprir a lei, o que em sociedades de formação cultural ainda incipiente já é um grande progresso.

A atuação do Senado Federal na aprovação do substituto de Joaquim Barbosa no STF significou ainda – apesar de todos os interesses subalternos que compuseram a cena dirigida pelo notório Renan Calheiros – uma importante reafirmação da Câmara Alta, e por extensão de todo o Poder Legislativo, da independência e autonomia indispensáveis à harmonia entre os Poderes da República e ao consequente funcionamento do sistema democrático de governo. Ao

longo da história republicana, de modo geral o Senado tem exercido um papel meramente homologatório nas indicações ao STF, quase nunca se dando ao trabalho de submeter os candidatos – como ocorreu agora – a um escrutínio severo e minucioso, compatível com a enorme responsabilidade que implica o uso da toga de magistrado supremo.

A abstenção mínima na sessão de terça-feira, de apenas dois senadores, é mais um indício da importância atribuída pelos parlamentares a este episódio, que se torna exemplar, menos pelo resultado da votação do que pelo seu significado institucional.

# O ESTADO DE S. PAULO

## Reajuste para servidor do Judiciário avança

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem o projeto de lei que concede reajuste aos servidores do Poder Judiciário. O texto, que já havia passado sem alarde pela Câmara, foi aprovado em votação simbólica, sem o registro de voto individual dos senadores. Sindicalistas e servidores do poder comemoraram a aprovação da medida, que vai agora ao plenário.

Em meio ao ajuste fiscal, a equipe econômica do governo teme o impacto de R\$ 1,5 bilhão que a proposta causará, caso o aumento comece a vigorar ainda a partir de 2015. O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, tem pressionado o governo para conceder o reajuste imediatamente, tendo inclusive conversado com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Se o texto for alterado em plenário, a proposta terá de voltar para a Câmara. Do contrário, seguirá para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

“Há a necessidade de repararmos essa reivindicação que é justa”, afirmou o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). “Eles (*os servidores*) resistiram às dificuldades que passaram pela defasagem salarial”, disse o líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), para quem a falta de um plano de carreiras – o mais recente foi aprovado em 2006 – “incomoda e até inviabiliza a atuação desse poder”.

Reservadamente, o Palácio do Planalto avalia que ainda tem tempo para negociar a proposta do reajuste em plenário. O governo considera que não será uma matéria fácil de passar porque há um clima de “descontentamento” do Congresso com o Judiciário. / RICARDO BRITO

e ISADORA PERON

21 MAI 2015

21 MAI 2015

## GAZETA DO POVO

# TJ decide hoje sobre indícios de fraude no TC

Amanda Audi

O Tribunal de Justiça (TJ-PR) vai decidir nesta quinta-feira (21) se engaveta ou manda prosseguir a investigação sobre os indícios de fraude na licitação de R\$ 36,4 milhões para o prédio anexo do Tribunal de Contas (TC-PR). O relator é o juiz substituto Marcel Guimarães Rotoli de Macedo, da 2.ª Câmara Criminal — o mesmo que concedeu uma liminar, em março, suspendendo o envio da denúncia do caso à Justiça. Caso o juiz mantenha o mesmo entendimento, os fatos apurados pelo Gaeco, braço do Ministério Público (MP), não chegarão a ser analisados pelo Judiciário. E os envolvidos nem sequer responderão a processo judicial.

Na época, Macedo acatou argumento da defesa dos empresários Edenilso e Pedro Rossi, da empreiteira Sial, que venceu a licitação. Segundo os advogados, a operação teve desdobramentos motivados apenas por escutas telefônicas declaradas ilegais pela Justiça — porque foram autorizadas a partir de uma denúncia anônima.

O magistrado entendeu, na liminar, que as escutas teriam “contaminado” as demais evidências. A denúncia do MP, porém, levou em consideração somente documentos, mensagens de celular e outras gravações coletadas pelo Gaeco, e não incluiu as interceptações telefônicas.

Se houver anulação da operação, o MP ainda poderá recorrer a instâncias superiores da Justiça. Em último caso, a única saída será devolver o dinheiro coletado da suposta propina para os funcionários do TC investigados.

Em mais de um ano de investigação, o Gaeco reuniu evidências de que a Sial estaria pagando propina a funcionários do tribunal, em contrapartida por ter vencido a concorrência. Os pagamentos seriam de até R\$ 2 milhões.

O ex-coordenador-geral do TC Luiz Bernardo Dias Costa foi preso em flagrante saindo da sede da empresa com uma mala com R\$ 200 mil, que seria uma das parcelas da propina, segundo o Gaeco. A operação foi gravada em vídeo e divulgada pela imprensa.

Além disso, escutas telefônicas mostram que o então presidente do TC Artagão de Mattos Leão estaria pelo menos ciente das articulações envolvendo a licitação. Quando soube que agentes do Gaeco estavam revirando salas do tribunal em busca de provas, Artagão presumiu: “Eu acho que é sobre a licitação do prédio”. Ele nega qualquer participação no caso.

Por ser conselheiro do TC, a investigação sobre Artagão segue no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mas não tem qualquer movimentação desde novembro de 2014. O advogado de Pedro e Edenilso Rossi, Edward de Carvalho, afirmou que não iria se manifestar sobre o caso.



Artagão de Mattos Leão: “Acho que é sobre a licitação do prédio”.

21 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## Deputados descartam cortar verba de outros poderes

Alternativa que garantiria reposição da inflação (8,17%) aos servidores enfrenta resistência na Assembleia

Felippe Anibal e  
Euclides Lucas Garcia

▮ Nem bem começou a ser discutido e o corte no repasse de verbas à Assembleia Legislativa (Alep), Tribunal de Justiça (TJ), Tribunal de Contas (TC) e Ministério Público (MP) do Paraná já enfrenta resistência feroz entre os deputados. A iniciativa ganhou corpo na quarta-feira (20), como principal alternativa para garantir que o governo consiga ter caixa para conceder o reajuste de 8,17% aos servidores públicos estaduais. Enquanto isso, professores e outras categorias continuam em greve.

Nessa quarta, a bancada de oposição na Alep apresentou uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 para retirar o Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo do porcentual a ser repassado pelo Executivo aos outros poderes. A medida redu-

ziria o montante destinado à Alep, TJ, TC e MP, dando um fôlego estimado em R\$ 428,7 milhões ao caixa do estado — com base no orçamento deste ano (veja tabela ao lado).

“O governo se dispõe a conceder reajuste de 5%. Esse dinheiro [R\$ 429 milhões] supriria a diferença para chegarmos aos 8,17% que os servidores reivindicam. Estamos fazendo um esforço grande para que o estado equilibre suas contas e supere o impasse”, defendeu o deputado Professor Lemos (PT).

O corte na verba dos outros poderes chegou a ser ventilado em reunião na manhã de quarta entre deputados da base aliada e os secretários Mauro Ricardo (Fazenda), Deonilson Roldo (Gabinete) e Silvio Barros (Planejamento). À noite, a proposta seria apresentada ao governador Beto Richa (PSDB) e ao chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra.

Ainda assim, a maioria dos parlamentares não parece disposta a “comprar essa briga”, sobretudo com o TJ e o MP. Nos dois últimos anos, houve tentativa de aprovar a medida no Legislativo, mas ela não foi adiante por pressão dos demais poderes. Agora, mais

## EM SILÊNCIO

O Ministério Público não quis comentar a proposta de ter seus repasses reduzidos. Via assessoria de imprensa, o órgão disse que só vai se manifestar se houver proposta formal. O Tribunal de Justiça informou, também via assessoria, que seu presidente, o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, está em viagem e que não há um posicionamento sobre o tema.

uma vez, os deputados dão como certa que a proposta será derrubada, quando — e se — chegar ao plenário. “Não passa de jeito nenhum. Até porque o Judiciário está fechado com o Executivo neste momento. Todas as medidas tomadas agora pelo governo estão amparadas em decisões judiciais”, afirmou um deputado, sob condição de anonimato. “Você pode brigar com imprensa, prefeitos, vereadores, mas nunca brigue com o Judiciário. São eles que têm a caneta e podem te ferrar,” pontuou outro.

Quem aceitou falar abertamente sobre o tema optou pelo caminho da prudência, mas também sinalizou que o Legislativo não deve se indispor com os outros poderes. Vice-líder do governo e relator da LDO, Elio Rusch (DEM) disse que só deve acatar o corte nos repasses caso haja consenso geral. “Tem de existir um entendimento entre os poderes, costurado pelo Executivo. Até porque estamos falando de recursos com que cada poder está contando”, avaliou.

Por sua vez, o líder do governo na Assembleia, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), minimizou a proposta como forma de solucionar o impasse com os servidores. Para ele, o Executivo deve chegar a outra alternativa, por meio do diálogo. “Acho que a solução não é por aí. Essa discussão não está posta para resolver a questão”, resumiu.

CONTINUA

21 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### MENOS DINHEIRO

Se retirar o Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo do percentual de repasse aos outros poderes do Paraná, o Executivo vai reduzir o orçamento desses órgãos em R\$ 428,7 milhões\*. Veja os números:

Órgão	Parte no orçamento	Orçamento com FPE	Perda	Orçamento sem FPE
Tribunal de Justiça	9,5%	R\$ 1,95 bi	R\$ 219 mi	R\$ 1,73 bi
Ministério Público	4,1%	R\$ 841,9 mi	R\$ 94,5 mi	R\$ 747,4 mi
Assembleia Legislativa	3,1%	R\$ 636,5 mi	R\$ 71,4 mi	R\$ 565,1 mi
Tribunal de Contas	1,9%	R\$ 390,1 mi	R\$ 43,8 mi	R\$ 346,3 mi

\*Os valores têm como base o orçamento de 2015.

CONTINUA

# 21 MAI 2015

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

#### PROPOSTA NATIMORTA

Ideia de cortar volume do repasse aos poderes do Paraná não agrada deputados estaduais. Parlamentares temem retaliação, sobretudo por parte do Judiciário. Veja opiniões dadas sob a condição de anonimato:

“Não passa [em plenário] de jeito nenhum. Até porque o Judiciário está fechado com o Executivo neste momento. Todas as medidas tomadas agora pela governo estão amparadas em decisões judiciais.”

“Quando votaram a criação do auxílio-moradia na CCJ, havia emissários do Judiciário na sala das comissões folheando os processos que alguns deputados respondem na Justiça. O recado era claro.”

“Você pode brigar com imprensa, prefeitos, vereadores, mas nunca brigue com o Judiciário. São eles que têm a caneta e podem te ferrar.”

“O Judiciário não está nem aí para a crise. Até porque eles não precisam dar as caras para a população a cada quatro anos para pedir votos.”

“Isso já não seria aprovado, pior ainda neste momento de entrosamento entre os poderes. Imagina se o Ministério Público ou o Tribunal de Contas derrubam a lei da Parana-previdência?”

“Não tem a menor chance de ser aprovado. Não perca tempo dando isso como notícia.”

#### Greve 'congelada' 172 contratos com fornecedores

A greve dos professores da rede estadual do Paraná deixa 172 contratos com fornecedores de merenda escolar temporariamente suspensos. Os maiores prejudicados, segundo a Seed, são os quase 22 mil agricultores familiares ligados a 136 cooperativas e associações, que normalmente fazem entregas periódicas de produtos alimentícios às escolas. “Eles plantaram, produziram aquele alimento para atender as escolas. Então eles encontram dificuldades para recolocar esse produto no mercado”, afirma Márcia Stolarski, diretora de infraestrutura e logística da Seed.

Entre os 172 contratos, 30% são assinados com agricultores familiares, que fornecem 81 itens de gêneros alimentícios. O restante dos contratos é com empresas contratadas via pregão eletrônico.

Todos os contratos, contudo, estão temporariamente suspensos até que as aulas sejam retomadas. Como os fornecedores recebem o pagamento apenas no ato de entrega, nenhum deles está recebendo.

Os produtos não perecíveis são entregues pelas empresas no armazém da Seed em Curitiba. De lá, a pasta distribui às escolas. São cinco remessas ao longo de um ano. A primeira já foi feita às escolas, mas uma segunda distribuição está suspensa. (CS)

#### SEM NEGOCIAÇÃO

#### Seed começa a lançar falta dos professores

Uma semana depois de ter encerrado as negociações com os servidores públicos estaduais, o governo do Paraná endureceu a queda-de-braço com os grevistas. A Secretaria de Estado da Educação (Seed) anunciou que as “faltas” dos professores que continuam em greve começarão a ser lançadas nesta quinta-feira (21) no sistema. Os descontos serão feitos a partir do dia 27 de abril, quando a paralisação foi deflagrada pela categoria. O governo também confirmou que outras categorias que estão paradas também sofreram o corte de ponto.

Já o comando de greve sequer cogita chamar uma assembleia. “Não temos nenhuma previsão [de convocação de assembleia]. Permaneceremos mobilizados, cobrando o nosso direito”, disse Marlei Fernandes, diretora da APP-Sindicato.

Com o governo se fechando ao diálogo, os educadores devem tentar ampliar as negociações com os deputados. A categoria percebeu que os parlamentares – principalmente os da bancada governista – não estão dispostos a encarar um novo desgaste. Na quarta-feira, a Seed informou que 910 das 2,1 mil escolas do estado estão funcionando. Segundo a secretaria, 389 unidades estão com atividades normalizadas e 521 colégios atendem parcialmente os alunos. A APP-Sindicato questiona o levantamento e assegura que 90% da categoria adere à greve. (FA)

CONTINUA

21 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## No TJ, recurso da APP não tem data para análise

Catarina Scortecchi,  
especial para a Gazeta do Povo

! No Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, o recurso da APP-Sindicato, entidade que representa os servidores da educação, não tem data para ser julgado. Os professores recorrem contra a liminar do desembargador Luiz Mateus de Lima, que no dia 27 de abril determinou, a pedido do governo estadual, o retorno imediato dos professores às salas de aula, sob pena de multa diária à APP-Sindicato e ao presidente da entidade, Hermes Leão.

A APP-Sindicato recorreu contra a liminar ao próprio TJ através de um agravo regimental. Este recurso será levado pelo desembargador Mateus de Lima à 5.ª Câmara Cível do TJ, que possui cinco magistrados e se reúne semanalmente, sempre às terças-feiras. Na 5.ª Câmara Cível, os magistrados podem ou não seguir o voto de Mateus de Lima. Até quarta-feira (20), contudo, Lima ainda não havia recebido o recurso para opinar sobre ele e levá-lo na sequência ao colegiado.

A APP-Sindicato informou que a multa não está sendo paga, devido ao recurso protocolado.

A segunda fase da greve dos professores completa 25 dias nesta quinta-feira (21).

21 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## Acusado de matar corretora no Bigorriho é condenado

Diego Ribeiro

O rapaz acusado de matar a corretora de imóveis Claudia Mader Munhoz, de 58 anos, durante um assalto no bairro Bigorriho, em Curitiba, no fim de outubro de 2014, foi condenado a 22 anos e sete meses de reclusão pelos crimes de latrocínio e corrupção de menor. Milton Ribeiro dos Santos, de 18 anos, já começou a cumprir a pena, pois estava preso preventivamente pela Justiça. A sentença foi proferida no dia 8 de maio. A defesa do acusado, de acordo com o Ministério Público, recorreu da sentença da 13.<sup>a</sup> Vara Criminal de Curitiba.

O acusado foi preso em dezembro de 2014. A Justiça negou ao réu o direito de apelar em liberdade e determinou o início imediato do cumprimento da pena.

Claudia estava perto do cruzamento das ruas Gastão Câmara e Martin Afonso, no Bigorriho, quando foi abordada por Milton e outro adolescente menor de 18 anos. Na época, a Polícia Civil explicou que a vítima se recusou a entregar uma bolsa e acabou morta com três tiros disparados por Milton. Em seguida, o réu assumiu a direção do carro de Claudia e fugiu com o adolescente em direção ao Parque Barigui.

Segundo a promotora do caso, Maria Aparecida Mello, apesar de ter confessado o crime na delegacia, o réu negou em juízo e alegou não estar na cidade naquela data. A promotora, contudo, afirmou que o Ministério Público questionou todas as empresas de ônibus que poderiam ter sido

do usados pelo acusado para deixar Curitiba na época. Nenhuma registrou a viagem dele. Portanto, o álibi alegado foi derrubado, conforme explicou a promotora. “O adolescente que estava junto foi testemunha de acusação e várias outras testemunhas o reconheceram. Afirmaram que ele estava no local”, disse.

A defesa do réu não foi localizada pela reportagem. O MP informou o telefone do advogado do caso, mas ele não atendeu aos telefonemas.

### Rapidez

O caso foi julgado de forma rápida, na avaliação do Ministério Público. Segundo a promotora, isso ocorreu porque várias testemunhas compareceram às audiências.

Ela explica que em muitas situações as testemunhas costumam faltar, provocando atrasos. Não foi esse o caso. “As testemunhas sempre perguntavam quando iria terminar o caso [após as audiências]”, relatou a promotora.

21 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## Chefe da Receita Estadual deixa o cargo em meio às investigações do Gaeco

José Aparecido Valêncio da Silva pede exoneração para, segundo ele, demonstrar isenção diante da apuração de casos de corrupção no órgão

*Katna Baran*

O coordenador da Receita Estadual do Paraná, José Aparecido Valêncio da Silva, informou nesta quarta-feira (20), por meio de uma nota assinada por seus advogados, que pediu exoneração da função para demonstrar isenção diante das investigações da Operação Publicano, que apura suspeitas de corrupção no Fisco do estado. Ele estava no cargo desde 1.º de julho do ano passado. Silva, que é servidor de carreira da Receita, também informou que saiu de férias.

A nota da defesa de Silva diz ainda que ele desconhece o conteúdo da investigação criminal, "o que o impede, no presente momento, de receber individual e pontualmente as menções indevidas ao seu nome", fazendo referên-

cia ao acordo de delação premiada fechado entre o Ministério Público (MP) e o auditor Luiz Antônio de Souza, que foi inspetor de fiscalização na Delegacia da Receita de Londrina e está entre os presos pela Operação Publicano.

Os advogados de Silva escrevem que ele repudia "qualquer alegação de participação sua em fatos ilícitos relacionados à sua conduta" na Receita. Ressaltam ainda que, para demonstrar que não irá cometer ingerência ou atrapalhar a investigação, Silva decidiu deixar o cargo. A nota informa também que a defesa do ex-coordenador vai tentar responsabilizar judicialmente quem tentar vincular seu nome ao caso.

A reportagem tentou contato com a coordenação da Receita Estadual do Paraná, mas ninguém atendeu às ligações.

### **Delação premiada**

Até agora, 62 pessoas foram denunciadas à Justiça pelo esquema de recolhimento de propina investigado pela Operação Publicano. O auditor Luiz Antônio de Souza firmou acordo de delação premiada e está colaborando com as investigações do Gaeco, braço policial do MP.

Segundo o advogado dele, Eduardo Duarte Ferreira, Souza citou nos depoimentos que 10% da propina tinha Curitiba como destino. Os destinatários seriam superiores hierárquicos dos auditores.

Souza teria dito ainda ao Ministério Público que a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB) recebeu R\$ 2 milhões de dinheiro obtido ilicitamente. O PSDB nega a acusação.

**CONTINUA**

21 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### **Audidores fiscais investigados fizeram doações eleitorais a Richa e a 2 deputados**

LONDRINA  
Fábio Silveira, do Jornal  
de Londrina

Audidores fiscais que são réus na Operação Publicano fizeram doações oficiais para campanhas eleitorais do ano passado. Nas prestações de contas à Justiça Eleitoral aparecem doações dos investigados para o governador Beto Richa (PSDB), para o deputado estadual Tiago Amaral (PSB) e para o deputado federal Marcelo Belinati (PP). Essa foi uma das informações prestadas pelo auditor fiscal preso Luiz Antônio de Souza, no acordo de delação premiada que firmou como Ministério Público, de acordo com o advogado dele, Eduardo Duarte Ferreira. Richa foi o maior beneficiário. A campanha dele recebeu R\$ 23.010

de nove auditores e de Daniela Feijó, mulher de Souza. O governador recebeu R\$ 10 mil de Márcio de Albuquerque Lima, considerado o líder do esquema, e da mulher dele, Ana Paula Lima. O restante veio de Rosângela Semprebom, Marco Antônio Bueno, Ranulfo Dagmar Mendes, Iris Mendes da Silva, Miguel Arcanjo Dias, José Luiz Favoretto e Dalton Lázaro Soares. Tiago Amaral recebeu R\$ 8.150 em dois cheques da Masterinvest Service, empresa que, segundo o Gaeco, é ligada a Souza e que teria sido usada no esquema. Marcelo Belinati recebeu R\$ 5,3 mil em duas transferências eletrônicas, uma de Orlando Aranda, no valor de R\$ 2,7 mil, e outra de Ricardo de Freitas, de R\$ 2,6 mil. "A associação de fiscais arrecadava e repassava os recursos para os candidatos listados", explicou Ferreira, com base nos depoimentos de Souza. Para os candidatos, não há irregularidade alguma, pois os valores foram informados à Justiça Eleitoral.

21 MAI 2015

## GAZETA DO POVO

### Depoimento de auditor no caso de crime sexual é adiado

¶ Foi adiado nesta quarta-feira (20) o primeiro depoimento sobre o caso de crime sexual do auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza após ele ter se tornado réu colaborador. Ele é acusado de pagar por programas sexuais com adolescentes. Souza deveria ser interrogado pela juíza Zilda Romero, da 6ª Vara Criminal de Londrina, no processo em que é acusado de manter relações sexuais com uma menina de 15 anos. O auditor foi preso em flagrante em janeiro deste ano, dentro de um motel, junto com a vítima. Tinha R\$ 20 mil no carro e prometeu pagar até R\$ 2,5 mil pelo programa com a garota. Além do caso de exploração sexual de adolescentes, o auditor é investigado pelo caso de pagamento de propina na Delegacia da Receita Estadual de Londrina.

## Direito de investigar reconhecido

21 MAI 2015

Decisão do Supremo Tribunal Federal reforça a legitimidade e a autoridade do Ministério Público para atuar por iniciativa própria em investigações de caráter criminal

O Supremo Tribunal Federal (STF) consagrou o entendimento de que, sim, o Ministério Público pode promover investigações de natureza penal, prerrogativa que alguns setores da sociedade pretendiam revogar quando da apresentação da PEC 37/2011, felizmente derrotada pela Câmara Federal em junho de 2013 por 430 votos contrários e apenas nove a favor. Afastado o perigo de a atribuição dos MPs ser castrada pelo Poder Legislativo, subsistiam ainda ações em trâmite que poderiam levar o STF a sufragar a proibição, restringindo apenas às polícias (Federal e estadual) a incumbência legal de fazer investigações criminais.

No dia 14 de maio, o plenário do Supremo negou provimento a um recurso extraordinário (RE 593727) que, na prática, se acolhido, teria o mesmo efeito da malfadada PEC 37. A maioria dos ministros do STF, usando a jurisprudência já existente e a letra constitucional como base — a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 129, que entre as funções do MP está a promoção da ação penal pública, na forma da lei, e requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial —, manteve-se de acordo com o entendimento da sociedade, que reconhece no Ministério Público uma instituição com legitimidade e autoridade para atuar por sua própria iniciativa em investigações de caráter criminal.

Os fatos que hoje tomam conta do noticiário dão plena razão à defesa da participação ativa do MP em investigações. Estamos diante — apenas para citar o exemplo mais em evidência na atualidade — da Operação Lava Jato, ao longo da qual procuradores e promotores do Ministério Público Federal (MPF) vêm desempenhando papel reconhecidamente importante para o desmantelamento do esquema de corrupção na Petrobras. Atuam de forma paralela e complementar aos policiais federais, sem demérito a nenhuma das duas instituições — ambas fundamentais para fornecer ao Judiciário elementos probatórios para julgamento.

Na Lava Jato e outras operações do gênero, podemos ver os bons frutos do entrelaçamento do MP com a Polícia Federal, deixando claro que a atuação das duas instituições pode ocorrer de forma simultânea e harmônica. Como bem colocou o procurador da República, Rodrigo Janot, que acompanhou a decisão do STF, “o MP pode contribuir com a investigação naquilo que lhe é próprio e não se nega que a polícia possa contribuir e muito naquilo que lhe é próprio também”.

A recente decisão do STF foi além de simplesmente reafirmar o poder de investigação do MP. Os ministros do Supremo também reconheceram que a exclusiva atuação investigatória do MP, sem participação da polícia judiciária, é suficiente para que a denúncia tenha legalidade e legitimidade constitucional para ser aceita pela Justiça, desde que tenham sido garantidos aos investigados pelo MP amplo direito ao contraditório e acesso às provas produzidas, bem como assistência de advogados durante depoimentos. Só será vedado aos MPs fazer uso de instrumentos típicos das prerrogativas de polícia, como executar mandados de busca domiciliar, fazer interceptação telefônica ou conduzir os investigados coercitivamente.

O entendimento do STF agora servirá de orientação para os demais processos semelhantes que tramitam em tribunais inferiores. Sem subestimar o papel da polícia judiciária, o Supremo ao mesmo tempo legitima as competências constitucionais do Ministério Público. Quem sai ganhando é a sociedade, que não perderá aliados no combate à criminalidade e à corrupção.

21 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## BESSA

### Who is Fachin? 1

A comemoração no flat do advogado Luiz Edson Fachin em Brasília, logo após seu nome ser aprovado pelo plenário do Senado na terça-feira, provocou uma cena engraçada. Uma vizinha do apartamento, localizado no Hotel Brisas do Lago, bateu à porta para reclamar do barulho. A moça, norte-americana, foi atendida pela desembargadora Rosana Fachin, mulher do novo ministro do STF.

### Who is Fachin? 2

Como as duas não se entendiam, o advogado Claudio Fruet, irmão do prefeito Gustavo Fruet, entrou na conversa como intérprete. Segundo ele, a mulher reclamou que seu filho bebê estava dormindo e a barulheira estava atrapalhando. No apartamento de Fachin, estavam, além de sua mulher, seus três filhos, netos, amigos e alguns políticos do Paraná, totalizando cerca de 15 pessoas.

### Who is Fachin? 3

Claudio Fruet diz que a mulher só se acalmou quando ele explicou que Fachin era o novo *justice* – como são chamados os membros da Suprema Corte dos Estados Unidos. Neste momento, ela abriu um sorriso, deu os parabéns a Rosana Fachin e até ofereceu seu apartamento caso precisassem receber mais pessoas para festejar.

### Apresento

● O Instituto dos Advogados do Paraná promove hoje, às 19 h, a palestra "A responsabilidade dos advogados públicos pela emissão de pareceres" com o advogado Edgar Guimarães, presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, em sua sede (Rua Cândido Lopes, 128, 10º andar).

### REAJUSTE CCJ do Senado aprova aumento de até 78,56% para o Judiciário

● Sem número para segurar a votação, o governo foi obrigado a apoiar a aprovação, nesta quarta-feira (20), do reajuste para os servidores do Judiciário na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O projeto vai a plenário em regime de urgência. Sem reajuste desde 2006, os cerca de 120 mil servidores terão seus salários reajustados de 53% a 78,56%. O impacto geral na folha do Judiciário será de 30% até 2018. O projeto prevê um escalonamento, com pagamento da primeira parcela em julho, e a cada seis meses novas parcelas, até 2018. O impacto no orçamento será de R\$1,5 bilhão em 2015 e R\$10,9 bilhões nos próximos quatro anos.

## COLONIA DO LEITOR

### STF1

Luiz Edson Fachin é um dos maiores juristas do país. Ele, de fato, preenche o notório saber jurídico, e conseguiu vencer a desconfiança política dos direitos e esquerda se uniram em apoio a Fachin.

Paulo Ferracioli

### STF2

O nome de Luiz E. Fachin foi aprovado pelo Senado para a vaga de ministro do Supremo. Agora o STF tem o perfil que os petistas sempre quiseram.

Beatriz Campos, São Paulo - SP

21 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## ENTRELINHAS

### Vídeos para debater em sala de aula o assédio contra crianças e jovens

**A**ssédio sexual é um dos temas difíceis de se debater. Envolve de traumas até ações criminais. Quando as vítimas são crianças e adolescentes, a coisa é ainda mais complicada. E é para enfrentar esse desafio que a Rede Marista de Solidariedade criou a campanha "Defenda-se", com vídeos educativos voltados ao público infanto-juvenil (**foto**). A linguagem é a primeira barreira. Não pode ser explícita, mas deve ser clara a ponto de incentivar possíveis vítimas a procurar ajuda. Foi assim que surgiu o "time da defesa" (do bem) e o "time do ataque" (do mal), como personagens das animações. Eles mostram o que é correto e o que é atitude suspeita. "Escolhemos trabalhar com a prevenção, e não retratar a própria violência, pois isso pode ser um espaço traumático", explica o coordenador da campanha, Vinicius Gallon.

#### **Paradidático**

Em formato didático, os vídeos foram feitos para serem trabalhados em sala de aula. Cada escola vai tratar do tema da sua própria maneira, explica Gallon. Além de alertas sobre ações, a campanha ensina quais os canais de denúncia: conversar com um adulto de sua confiança (nem sempre da própria família, talvez a professora), com o Conselho Tutelar, ligar para o Disque 100 ou baixar o aplicativo Proteja Brasil no celular. Para assistir os vídeos, acesse [www.defenda-se.com](http://www.defenda-se.com).

21 MAI 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

# BRIGA À VISTA

Deputados  
cogitam tirar  
verba de TJ e  
MP pra dar 8,17%  
aos servidores

**O**s deputados que apoiam o governo Beto Richa (PSDB) já cogitam reduzir as verbas destinadas ao Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público, pra garantir o reajuste salarial de 8,17% aos funcionários públicos. A medida permitiria a reposição da inflação aos servidores sem comprometer o caixa do governo além do atual projeto, que concede 5%. A informação foi apurada pelo blog Caixa Zero, do jornalista Rogério Galindo, da *Gazeta do Povo*.

Pra isso, os deputados teriam que mexer na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 e retirar do orçamento desses órgãos os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O cálculo é que hoje os outros Poderes (incluindo a própria Assembleia Legislativa) tiram do Executivo quase R\$ 500 milhões por ano a mais do que deviam. O valor é exatamente o que o governo precisa pra conceder o reajuste de 8,17%.

Em reunião entre secretários e deputados na manhã de ontem, os deputados insistiram que não votam um reajuste abaixo da inflação devido à forte pressão que sofrem nas suas cidades.

21 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Audidores de Curitiba doaram R\$ 204 mil para Beto Richa

Levantamento da FOLHA com base em dados do TSE aponta que 49 fiscais da capital

e região metropolitana doaram entre R\$ 20 mil e R\$ 1 mil

Loriane Comeli e  
Edson Ferreira  
*Reportagem Local*

**A** campanha de reeleição do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), arrecadou, entre 49 auditores das 1ª e 2ª Delegacias Regionais da Receita Estadual em Curitiba e na Região Metropolitana da Capital, R\$ 204 mil. Somado ao que 35 auditores de Londrina doaram, a campanha do chefe do Executivo arrecadou R\$ 287 mil apenas com auditores da Receita do Paraná. Os números são provenientes de levantamento feito pela FOLHA com base no cruzamento de dados dos auditores lotados em todas delegacias do Paraná e na prestação de contas oficial do PSDB ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Doações legais e arrecadação supostamente ilegal para a campanha de Beto foram objeto de depoimentos prestados pelo auditor da Receita de Londrina Luiz Antonio de Souza, que firmou acordo de delação pre-

miada com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gae-co) de Londrina.

O grupo, braço do Ministério Público (MP), apura a existência e as ramificações de uma organização criminosa composta por auditores que cobravam propina de empresários para deixar de fiscalizar o recolhimento adequado de impostos estaduais. Souza afirmou que R\$ 2 milhões de propina teriam sido recolhidos para a campanha de Beto. Outra informação do auditor é que esquema semelhante ao de Londrina existia em praticamente todas as delegacias regionais da Receita.

No caso de Curitiba e Região Metropolitana, chama a atenção o fato de que cinco auditores – todos lotados na Inspeção Regional de Arrecadação da 1ª Delegacia – doaram R\$ 20 mil cada um. Outros R\$ 50 mil também vieram de cinco auditores deste mesmo setor, ou seja, cada um doou R\$ 10 mil. Um auditor lotado da 2ª Delegacia contribuiu com R\$ 5 mil

e um lotado na Coordenação Geral com R\$ 3 mil. O restante veio de 36 auditores, que doaram R\$ 1 mil cada um.

Na delação premiada, Souza, que também responde a processos por exploração sexual de adolescentes e está preso desde janeiro, disse, segundo seu advogado, Eduardo Duarte Ferreira, que a propina cobrada em Londrina era repartida entre o fiscal que arrecadava, o delegado-chefe e o inspetor-geral de fiscalização da Delegacia de Londrina e 10% do total iam para Curitiba para ser entregue diretamente a pessoas que trabalhavam na Inspeção-Geral de Fiscalização.

**CONTINUA**

21 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

A FOLHA também fez o cruzamento de dados com auditores lotados nas outras delegacias da Receita do Paraná. Não constam doações feitas por fiscais de Ponta Grossa, Guarapuava, União da Vitória, Jacarezinho, Umuarama, Foz do Iguaçu, Cascavel e Pato Branco. Constam apenas doações de um auditor da 9ª Delegacia Regional de Maringá e outro da 12ª Delegacia de Foz do Iguaçu, totalizando R\$ 2 mil.

O PSDB do Paraná foi procurado pela reportagem e reafirmou que “as doações para a campanha de 2014 foram realizadas de maneira voluntária e que todas ocorreram dentro da legalidade, sendo registradas e atestadas pelo Comitê Financeiro”. Conforme a nota enviada pelo partido, “as contas foram apresentadas e aprovadas integralmente pela Justiça Eleitoral”.

### *Belinati recebeu R\$ 5 mil de fiscais*

Os auditores fiscais da Receita Estadual, Orlando Aranda e Ricardo de Freitas, doaram, ao todo, R\$ 5,3 mil para a campanha do deputado federal Marcelo Belinati (PP). Os dados constam da prestação de contas do candidato, disponível no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Aranda e Freitas estão entre os 62 réus da ação penal que corre na 3ª Vara Criminal de Londrina, resultado da Operação Público, deflagrada pelo Ministério Público (MP) em fevereiro.

Marcelo disse que no período eleitoral a equipe da campanha foi procurada por telefone “pelo senhor Ricardo” que se identificou como membro do sindicato dos “funcionários da Receita Estadual

que, eventualmente, contribuíam para algumas candidaturas a deputado e demonstrou disposição de realizar doação para minha campanha de deputado federal”.

Conforme o pepista, “não havendo nada que desabonasse funcionários da Receita Estadual” naquele momento, foram autorizadas as doações. Marcelo, que é médico de carreira do Estado, afirmou que achou “natural o interesse do grupo em apoiar outro servidor estadual”. “Também não tenho relação pessoal, política ou profissional com os auditores citados na investigação”, completou o deputado. De acordo com a prestação de contas, o candidato teve R\$ 951 mil em receitas na campanha. (E.F)

CONTINUA

## *Citado por delator, chefe da Receita do Paraná pede demissão*

O auditor José Aparecido Valêncio da Silva, coordenador da Receita Estadual do Paraná, cargo máximo do órgão, entregou ontem seu pedido de demissão. Valêncio, conforme apurou a FOLHA em reportagem publicada no último domingo, teria sido citado pelo auditor Luiz Antonio de Souza, que recentemente decidiu colaborar com as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), como integrante da quadrilha que achacava empresários que sonegavam impostos estaduais.

Em nota encaminhada pelos advogados criminalistas Gilson Bonato e Ronaldo dos Santos Costa, contratados por Valêncio, o auditor afirma que sua exoneração tem a finalidade de "preservar a imagem da instituição e de demonstrar a ausência de qualquer possibilidade ou intenção de cometer ingerências ou estorvos na investigação ou na instrução processual".

Além de deixar o cargo de chefia, Valêncio informa que vai tirar férias, afastando-se também das funções de auditor, "a fim de demonstrar cabalmente a sua isenção na condução dos procedimentos investigatórios"

Apesar disso, afirmou o auditor, "repudia, com veemência e indignação, qualquer alegação de participação sua em fatos ilícitos relacionados à sua conduta junto à CRE (Coordenadoria da Receita Estadual)" e diz que "tomará todas as medidas necessárias para responsabilizar judicialmente a toda e qualquer tentativa infundada de vinculação indevida de seu nome a atividades ilícitas".

A Secretaria Estadual de Fazenda (Sefa) não se pronunciou sobre o pedido de exoneração e tampouco informou quem será o substituto. Na semana passada, o secretário de Fazenda, Mauro Ricardo Costa, ao ser questionado sobre a possível implicação de Valêncio no esquema de corrupção da Receita, disse, por meio da assessoria de imprensa, que todas as denúncias contra servidores seriam investigadas e, se houver comprovação, os responsáveis serão punidos, "doa a quem doer".

A organização criminosa, segundo denúncia já aceita pela Justiça de Londrina, envolve 62 pessoas, incluindo 15 fiscais de Londrina. Na delação, o auditor Luiz Antonio de Souza afirma que há pelo menos outros 35 fiscais que participariam do esquema ilícito. (L.C.)

21 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Barrado no Senado**

O governador Beto Richa (PSDB) quase foi impedido de acompanhar a votação do jurista Luiz Edson Fachin para uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Senado Federal, anteontem, em Brasília. A informação foi divulgada por Ricardo Noblat ontem, em seu blog, reproduzindo informação do jornalista Ilmar Franco, do O Globo. Segundo a nota, o governador foi barrado pela segurança da Casa e só foi liberado após ser apresentado por uma assessora.

21 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Cresce registro de crimes virtuais em cartórios do Paraná

Foram mais de 8 mil registros de atas notariais para comprovação

de crimes na internet ou em aplicativos em 2014, número só inferior a SP;

documento pode servir como prova judicial

Rafael Fantin

*Reportagem Local*

Londrina – O Paraná é o segundo Estado no País com maior número de atas notariais registradas no ano passado para comprovação de crimes virtuais, com 8.288 documentos expedidos pelos cartórios, o que significa aumento de 24% nos últimos dois anos. Em 2012, foram 6.675. O número de 2014 fica atrás apenas de São Paulo, que em 2014 teve 9.688 atas notariais registradas. Ao todo no Brasil foram registrados 33.455 documentos que comprovam delitos como calúnia, difamação, falsidade ideológica, divulgação de conteúdo pornográfico e outros crimes em sites, redes sociais e aplicativos de celulares. De 2012 para 2014, as ocorrências registradas nos cartórios do País cresceram aproximadamente 80%.

O coordenador da Comissão de Direito Digital da OAB-Londrina, Thalles Alexandre Takada, explica que a publicação de imagens em sites e aplicativos, ameaças escritas ou em áudio, e-mails e outros conteúdos podem ser registrados nas atas notariais para utilização dos documentos como provas em um eventual processo, caso os materiais sejam deletados. “O cartório avalia se o conteúdo pode ser aceito como elemento probatório pela Justiça, que considera a fé pública do tabelião”, afirma.

Ele considera que o número de atas notariais aumentou nos últimos anos devido ao crescimento de internautas e de usuários de aplicativos e redes sociais. Takada ainda avalia que o Marco Civil da Internet retrocedeu no ponto que limita em seis meses o armazenamento de dados e imagens nos servidores, o que torna

necessário o documento do cartório que reconhece as provas. “Ainda há muitas dúvidas sobre o Marco Civil que estão sendo discutidas na Justiça, mas neste ponto o período de armazenamento poderia ser mais extenso”, opina.

## PREÇO ACESSÍVEL

Para o diretor da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), Cid Rocha, a ata notarial “congela no tempo” as provas, o que facilita a ação judicial mesmo que os acusados apaguem do mundo virtual os indícios criminosos. “O advogado entra em juízo com a prova pré-constituída atestada pela fé pública do cartório”, afirma.

**CONTINUA**

21 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Rocha lembra que a função do tabelião e das atas notariais foi regulamentada na Constituição Federal de 1988. "Não acredito que os legisladores imaginavam que as atas notariais seriam utilizadas após o 'boom' da internet. A procura aumentou muito nos últimos anos quando comparado com a última década", comenta.

Segundo o cartorário, o preço acessível do serviço também pode ser um dos motivos para o aumento da emissão das atas notariais no Paraná. Um documento que registra o conteúdo inadequado de um site em duas

páginas custa cerca de R\$ 70,00, mas o preço pode variar conforme o material. "Por exemplo, a transcrição de uma conversa em áudio de 10 minutos necessita de mais tempo de trabalho e mais páginas, o que aumenta o valor cobrado pela ata notarial", explica.

### 'Minha filha sofreu muito sozinha'

Londrina – Após três anos, a mãe de uma adolescente descobriu em Londrina que uma foto íntima da filha havia sido publicada em sites pornográficos depois que a adolescente enviou a imagem pelo WhatsApp para um rapaz. O acusado compartilhou a foto da menina, que tinha 12 anos quando foi fotografada. "Eu peguei o celular dela para atender uma ligação e descobri a imagem. Foi um grande susto", recor-

da a mãe, que pediu para não ter o nome publicado. De acordo com ela, a adolescente não contou para a família sobre a foto até a descoberta da imagem no aparelho. "Ela ficou doente, emagreceu e tinha medo e vergonha. Minha filha sofreu muito sozinha", lamenta.

A mãe encontrou no celular o número do telefone do acusado, que teria se mudado para Curitiba. O advogado Thalles Takada, que representa a família da vítima, entrou com uma ação penal contra o maior de idade e uma ação civil contra os sites. As imagens já foram retiradas da internet. "Utilizamos as atas notariais para comprovar que as fotos foram compartilhadas e divulgadas na internet", explicou.

## Mais de 30% dos casos envolvem juventude

Londrina – O delegado do Núcleo de Combate aos Cibercrimes (Nuciber) do Paraná, Demétrius Gonzaga de Oliveira, afirma que mais de 30% dos casos investigados envolvem crianças e adolescentes, como vítimas ou colaboradores das ações criminosas em aplicativos e na internet. Atualmente, 55% dos casos investigados são de crimes contra honra, falsidade ideológica, calúnia e uso indevido de imagens, segundo o delegado do Nuciber. "Antes, as investigações se concentravam mais nos casos de crimes contra o patrimônio", acrescenta. Na opinião dele, o

acesso facilitado aos celulares e computadores é um dos principais motivos para o aumento dos crimes virtuais no Estado. "Os pais precisam conversar com os filhos sobre as novas tecnologias. É necessário ressaltar que eles não devem compartilhar imagens de nudez e conteúdo de cyberbullying", alerta. Enquanto advogados utilizam as atas notariais para garantir as provas, Oliveira afirma que a polícia trabalha no "resgate de materiais deletados" durante as investigações e rastreamento dos envolvidos no compartilhamento de imagens e dados. (R.F.)

21 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### Justiça condena acusado de matar corretora

Mariana Franco Ramos  
*Reportagem Local*

Curitiba – A Justiça do Paraná condenou o suspeito de matar a corretora de imóveis Cláudia Mader Munhoz, de 55 anos, durante um assalto no bairro Bigorriho, em Curitiba, em 30 de outubro de 2014. Milton Ribeiro dos Santos Junior, na época com 18 anos, cumprirá 22 anos e sete meses de detenção pelos crimes de latrocínio e corrupção de menor. A sentença foi proferida pela 13ª Vara Criminal da capital, no dia 9 de maio.

Segundo a promotora Maria Aparecida Mello da Silva Losso, o jovem foi detido em dezembro do ano passado e já cumpriu prisão preventiva. Ele en-

trou com recurso, no entanto, não obteve o direito de responder em liberdade. Conforme consta nos autos, o réu e um adolescente de 16 anos abordaram a vítima e roubaram seus pertences, no momento em que ela entrava em seu veículo, na Rua Gastão Câmara. A mulher reagiu e o denunciado então efetuou os disparos de arma de fogo, que a atingiram no rosto e no pescoço. Cláudia morreu na hora.

“A Justiça realmente foi rápida e cumpriu com o seu papel. Em cinco meses e dez dias, já houve uma sentença do caso. Isso é importante para as pessoas saberem que a gente está trabalhando”, afirmou a promotora.

21 MAI 2015

# FOLHA DE LONDRINA

SERGIO ALVES GOMES

## A necessária reflexão sobre democracia e educação

O Estado Democrático de Direito (Constituição Federal, artigo 1º, caput) exige mudança de mentalidade e de atitudes porque a democracia é absolutamente incompatível com o uso despótico do poder e da força. Ela limita todas as formas de poder para impedir a escravidão e a servidão humanas. Na democracia, o soberano não é mais o rei irresponsável, caprichoso e tirano dos tempos do absolutismo. Nela, o soberano é o povo (que não se confunde com "massa"), pois dele emana todo o poder, conforme prevê a Constituição Federal (art. 1º, parágrafo único). No regime democrático a ninguém é lícito colocar-se acima da Constituição e das leis. A democracia abomina e rejeita o demagogo. A hipocrisia daqueles que se fingem de democratas - objetivando enganar o povo, fazendo promessas apenas para alcançarem o poder - representa a mais sórdida conduta contra a democracia.

Em face dos recentes episódios que mancharam, indelevelmente, a história da relação entre o atual governo do Paraná e os professores, merece séria reflexão a estarrecedora ofensa que vem sofrendo a Educação em todo o País e, de modo especial, no Paraná. Sem educação, ninguém se desenvolve como pessoa, ninguém se capacita para agir como cidadão nem se qualifica para profissão alguma. Logo, sem educação não há democracia nem estado democrático de direito.

Por isso, zelar pela educação exige especial incentivo aos seus protagonistas. Atacar os educadores com cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo, "spray" de pimenta e coisas do gênero - como ocorreu no dia 29 de abril, no Centro Cívico, em Curitiba - é atitude que causa repugnância e indignação em quem preserva básicos sentimentos morais e democráti-

cos. Tais atos revelaram para a história a face perversa do despotismo governamental, jamais exposta durante as recentes campanhas eleitorais. São atos violentos que, por extrapolarem os limites do equilíbrio exigido pelo diálogo democrático, configuram verdadeiro abuso no uso da força. Isso fere, drasticamente, o estado democrático de direito (CF, art. 1º, caput) e macula o compromisso republicano jurado no ato da posse de quem exerce o poder governamental. Na democracia, a liberdade de expressão e a de manifestação, por meio de pacíficos protestos, são direitos fundamentais. Cabe a quem exerce o poder e administra a força policial estatal saber lidar, adequadamente, sem ameaça ou violação a direitos, diante de tais situações.

A luta atual do magistério é uma luta pacífica por reconhecimento e respeito à dignidade de quem passa a vida trabalhando na formação de pessoas, de cidadãos, de profissionais para o País e o mundo,

mas não se vê condignamente reconhecido e remunerado. E mais: ao se manifestar, é tratado violentamente como "baderneiro".

Lamentavelmente, vive-se uma tragédia nacional. Sofre o Paraná, sofre o Brasil perdas historicamente irreparáveis para a democracia e o desenvolvimento da Nação, com reflexos negativos implacáveis no presente e no futuro do País. Reflexos da estupidez e prepotência de quem não quer valorizar seus educadores. Vê-se que o brado de Ulysses Guimarães, na promulgação da "Constituição cidadã", continua a ecoar: "Muda Brasil!". Mas, sem educação de boa qualidade, sem educadores respeitados e motivados, a mudança só poderá ser para pior. É isso o que queremos?

SERGIO ALVES GOMES é doutor em Filosofia do Direito e do Estado e professor associado da Universidade Estadual de Londrina

66

*Sem educação não  
há democracia nem  
estado democrático  
de direito*

21 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# Interesses nomeados

Apesar da aprovação do indicado por Dilma para o STF, número de votos contra Fachin no Senado reitera pressão sobre o Planalto

Não se deu sem sustos a aprovação do nome de Luiz Edson Fachin para a vaga de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal.

Com número recorde de votos em seu desfavor, o advogado sem dúvida enfrentou resistências inspiradas por seu histórico de opiniões de esquerda —as quais tratou de matizar na longa sabatina a que o submeteu a Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Na sessão de terça-feira (19), porém, as arestas ideológicas entre congressistas e o candidato indicado pela presidente Dilma Rousseff (PT) se resumiram a um único discurso —o do senador Magno Malta (PR-ES), que, com doses equivalentes de oratória e folclore, caracterizou a homossexualidade como anomalia e comparou as marchas da maconha a uma eventual passeata em favor da pedofilia.

Foram mais discretas, e desprovidas de tão caricata simploriedade, as reais gestões contra Fachin. Atribui-se ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a responsabilidade pela articulação que, sem alcançar o objetivo de uma rejeição final, amealhou ainda assim 27 votos contra o indicado.

Poucos líderes políticos parecem encarnar com mais vivacidade a hostilidade ao governo Dilma do

que o senador alagoano, formalmente pertencente a um partido que dá sustentação ao Executivo. O presidente do Senado não tem sido capaz de disfarçar, sob o manto da autonomia institucional, o interesse fisiológico de suas atitudes.

Deixou transparecer, por exemplo, seu descontentamento com relação ao preenchimento de cargos no segundo escalão do governo.

Mostrou-se contrariado, além disso, com a substituição de um afilhado seu, Vinicius Lages, por Henrique Eduardo Alves (PMDB) no Ministério do Turismo e sensível às dificuldades orçamentárias da administração de seu filho à frente do governo de Alagoas.

Soma-se a isso um novo componente de estresse sobre Renan: as suspeitas decorrentes da Operação Lava Jato, que investiga desvios bilionários na Petrobras.

Sem aproximação com o Executivo e sem votos suficientes para impor ao governo derrota acachapante na sucessão de Joaquim Barbosa, o núcleo das animosidades do Senado contentou-se com um feito inédito: o de barrar a indicação de um diplomata de carreira, Guilherme Patriota, ao posto de representante do Brasil na OEA (Organização dos Estados Americanos).

Atingido por essa espécie de baixa perda político-parlamentar, o irmão do ex-ministro das Relações Exteriores não tem por que se sentir diminuído pelo que aconteceu —fruto, ao que tudo indica, de um movimento de fisiologia que não lhe diz respeito.

21 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL DO LEITOR

### Fachin

A aprovação do jurista Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal não é tão somente uma vitória da presidenta Dilma ("Em vitória de Dilma, Fachin é aprovado para o Supremo", "Primeira Página", 20/5), mas de todo o Brasil, apesar da ferrenha campanha contrária protagonizada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), um dos investigados na Lava Jato. Com a indicação de um jurista de notável saber jurídico e de fortes convicções morais e éticas, ganha o país e, mais ainda, o Poder Judiciário. Parabéns ao Senado.

GERALDO TADEU SANTOS ALMEIDA (Itapeva, SP)

A recente escolha do mais novo membro do STF mostra bem que o Poder Judiciário não tem nenhum compromisso com o país ("Senado aprova indicado por Dilma para o Supremo", "Poder", 20/5). Um ministro da mais alta corte é escolhido por um governante medíocre e aprovado por uma entidade mercenária. Tivessem brios, tais ministros jamais aceitariam isso —deveriam ser escolhidos pelos seus pares.

ANDRÉ LOUTINHO (Campinas, SP)

### Reajuste do Judiciário

Kasa a opinião de Bernardo Mello sobre o reajuste do Judiciário ("Justiça cega", "Opinião", 20/5). Reajuste para juizes é uma coisa e, para servidores, outra. Talvez o colunista desconheça que o último plano de cargos dos servidores foi em 2006, que eles não têm data-base e que, mesmo com o serviço público sucateado, se desdobram —à custa da própria saúde— para oferecer um serviço digno e essencial. Remuneração não é "despesa". Incompetência e corrupção são os males, não o justo e atrasado reajuste dos servidores.

ALBERTO MARCOS MAMINI BENEDETTI, servidor do Judiciário Federal (São Paulo, SP)

## PAINEL

**Nome de...** Luiz Fachin decidiu adotar Edson Fachin como seu nome de ministro no Supremo Tribunal Federal. Era a alcunha original escolhida por sua mãe, em homenagem a Thomas Edison.



**...batismo** O novo membro do STF só virou Luiz por sugestão do padre que o batizou, que insistiu que o bebê precisava ter nome de santo.

21 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Comissão aprova aumento para servidores do Judiciário

Governo, que teme impacto de R\$ 25,7 bi, foi derrotado na CCJ do Senado

**Escalonado até 2017, reajuste é de 59,5%, em média; falta de aumento nos últimos anos é a principal reclamação**

Em uma derrota do governo, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou nesta quarta (20) projeto que aumenta salários de servidores do Judiciário federal.

Com a pressão de servidores, que vêm procurando individualmente senadores, a CCJ aprovou pedido para que o projeto siga diretamente para o plenário do Senado — e não para outras comissões, como desejava o Planalto.

No esforço de reduzir gastos, o governo é contra a proposta, que, estima, produzirá impacto de R\$ 25,7 bilhões nos próximos quatro anos.

O Planalto queria remeter o texto para a Comissão de Assuntos Econômicos, que tem como presidente o líder do governo, Delcídio Amaral (PT-MS). Na CAE não haveria prazo para análise do projeto.

Senadores governistas afirmam que, no plenário, o projeto será discutido em detalhes — com a possibilidade de mudanças no texto.

Servidores do Judiciário reclamam que, nos últimos anos, não tiveram aumentos,

diferentemente do que ocorreu com o pessoal do Executivo e do Legislativo. Também afirmam que têm salários defasados na comparação com carreiras com as mesmas funções nos outros Poderes.

O reajuste vai variar de 53% a 78,56%, conforme a classe e do padrão do servidor; e será escalonado, de 2015 até 2017, quando os vencimentos serão dobrados em relação aos atuais. Em média, o aumento corresponde a 59,49%. O pagamento vai ocorrer em seis parcelas sucessivas nesse período.

“A remuneração desses servidores encontra-se defasada em relação a carreiras equivalentes dos Poderes Executivo e Legislativo, fato que tem ocasionado o aumento da rotatividade de servidores, com significativo prejuízo à prestação jurisdicional”, disse o relator do projeto, senador José Maranhão (PMDB-PB).

### ESTUDOS

O impacto de R\$ 25,7 bilhões em quatro anos consta de parecer elaborado pelo Ministério do Planejamento, em que a pasta recomenda a rejeição do projeto.

O STF (Supremo Tribunal federal) enviou um estudo ao Poder Executivo para rebater o Planejamento. Afirma que parte das informações divulgadas pela pasta “não corresponde à realidade” e outras são “imprecisas”.

O STF classifica como “equivocadas” algumas premissas nos cálculos feitos pelo governo e alerta que a remuneração de seus servidores não foi reajustada entre 2009 e 2012. (GABRIELA GUERREIRO)

# FOLHA DE S. PAULO

## Folha ganha ação contra Imprensa Oficial de SP

Conteúdo do jornal foi reproduzido ilegalmente

A juíza Jacira Jacinto da Silva, da 16ª Vara Cível da capital, condenou a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo a indenizar a Empresa Folha da Manhã, que edita a **Folha**, pelos prejuízos com o uso não autorizado de conteúdo jornalístico produzido pelos jornais do grupo em seu serviço de clipping.

A decisão é do dia 6 de maio. Cabe recurso.

De acordo com a Empresa Folha da Manhã, a Imprensa Oficial distribuía, sem autorização, material da **Folha** e do jornal "Agora", via tablet, para funcionários do governo estadual e também vendia o conteúdo para outros órgãos públicos, como a Assembleia Legislativa.

À Justiça, a Imprensa Oficial alegou que tinha o direito de reproduzir o conteúdo, embora tenha admitido que não conseguiu uma licença da empresa por discordar dos valores cobrados.

"[A Imprensa Oficial] Confessou expressamente que sabia da necessidade de adquirir os direitos primeiro para só depois fazer a reprodução", escreveu a magistrada, que apontou ainda "concorrência desleal" por parte da Imprensa Oficial.

O valor da indenização a ser paga ainda será calculado.

Procurada, a defesa da Imprensa Oficial disse que não tinha autorização para comentar a condenação.

## Reaberto inquérito sobre a mãe de Bernardo

Justiça do RS manda reinvestigar suicídio

A Justiça gaúcha determinou nesta quarta-feira (20) a reabertura do inquérito policial que investigou a morte da mãe do menino Bernardo Boldrini, Odilaine Uglione.

Segundo o juiz Marcos Luís Agostini, da 1ª Vara Judicial da Comarca de Três Passos, "novos elementos e fundamentos apresentados são suficientes para reabertura das investigações".

Odilaine morreu em fevereiro de 2010 no consultório do marido e pai de Bernardo, Leandro Boldrini. O inquérito foi arquivado a pedido do Ministério Público, após a polícia concluir que ela se matou. Odilaine morreu em decorrência de um tiro e teria deixado uma carta.

Após a morte de Bernardo, a avó do menino e mãe de Odilaine, Jussara Uglione, encomendou novas perícias de balística e da carta, que levantaram questionamentos sobre a morte de Odilaine.

O Ministério Público pediu a reabertura do inquérito, já que os novos laudos apontariam a secretária do consultório como autora da carta e indicariam uma terceira pessoa na sala onde Odilaine morreu, além de Leandro.

Bernardo foi achado morto em abril de 2014, em uma cova rasa. O pai do menino, a madrasta e uma amiga dela foram presos, suspeitos de participar do crime.

O pai nega o crime, a madrasta diz que a morte foi acidental e a amiga alega que ajudou a esconder o corpo porque sofreu ameaças.

21 MAI 2015

MÔNICA BERGAMO

## TREM PAULISTA

O Procurador-Geral do Estado de SP, Elival da Silva Ramos, decidiu entrar como "amicus curiae", ou parte interessada, em ação no STF (Supremo Tribunal Federal) que pode, no futuro, derrubar a autonomia das defensorias públicas no país.

## TREM FEDERAL

A ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) na qual ele pretende incluir o Estado de SP foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal pela presidente Dilma Rousseff. Ela tenta derrubar a autonomia da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal, alegando inconstitucionalidades no processo que concedeu aos órgãos essa condição.

## ALERTA

A iniciativa do procurador-geral acendeu os radares de defensores do Estado. Eles alegam que a autonomia é fundamental para o exercício da função, já que a defensoria atua em nome de pessoas que não têm condições de pagar advogados e muitas vezes contra os governos. A Defensoria Pública de SP não quis se manifestar oficialmente, afirmando que precisa de informações detalhadas para se posicionar.

21 MAI 2015

## JORNAL DO ÔNIBUS

# CCJ aprova aumento de 78% para Judiciário

Projeto de lei agora será submetido à votação no plenário



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (20) projeto de lei que concede reajuste salarial escalonado para servidores do Judiciário. Com a aprovação, o projeto será submetido, em regime de urgência, à votação no plenário da Casa.

O reajuste – que varia de 53% a 78,56%, será concedido de acordo com a função exercida por cada servidor. Se aprovado, o aumento nos salários será escalonado, de julho de 2015 até dezembro de 2017, quando os servidores terão os vencimentos dobrados em relação aos atuais. O pagamento será feito em seis parcelas. ■

## Fachin deve julgar inquérito sobre Renan Calheiros

Assim que assumir a 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado Luiz Edson Fachin deve julgar um inquérito no qual o investigado é o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). O parlamentar foi um dos maiores obstáculos enfrentados pelo jurista no processo de aprovação a que teve de se submeter no Congresso.

Fachin irá herdar o acervo de cerca de 1.400 processos do gabinete antigo do presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski. Isto porque quando um integrante da Corte se torna presidente pode manter sob sua relatoria apenas os processos em que já há um voto pronto ou julgamento encaminhado. ■